



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

JANYLY GADELHA DE LIMA

INCLUSÃO ESCOLAR: Um Olhar sobre a Dislexia e o Papel da Escola

JOÃO PESSOA – PB

2020

JANYLY GADELHA DE LIMA

INCLUSÃO ESCOLAR: Um Olhar sobre a Dislexia e o Papel da Escola

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof^a. Dr.^a Sabrina Grisi Pinho de Alencar

JOÃO PESSOA - PB
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732i Lima, Janyly Gadelha de.

INCLUSÃO ESCOLAR: Um Olhar sobre a Dislexia e o Papel da Escola / Janyly Gadelha de Lima. - João Pessoa, 2020.
36f.

Orientação: Sabrina Grisi Pinho de Alencar Alencar.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Escola. Inclusão. Dislexia. Aprendizagem. I.
Alencar, Sabrina Grisi Pinho de Alencar. II. Título.

UFPB/BC

JANYLY GADELHA DE LIMA

INCLUSÃO ESCOLAR: Um Olhar sobre a Dislexia e o Papel da Escola

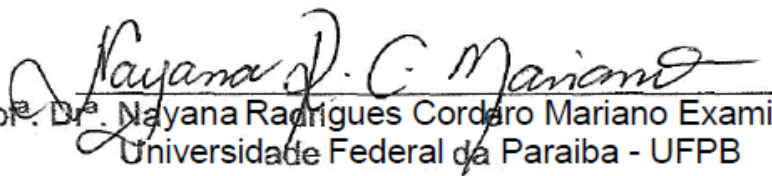
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: 22/07/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr^a. Sabrina Grisi Pinho de Alencar(Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr^a. Nayana Rodrigues Cordero Mariano Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr^a. Pávula Maria Sales Nascimento (Examinadora)
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Dedico essa conquista em especial aos meus filhos Anthonny Kawan e Wiryan Lucas. Eles foram minha maior inspiração para persistir e superar os desafios. Também dedico este trabalho a minha vizinha Amélia, meu exemplo de mulher guerreira e de fibra, que me ensinou a sorrir mesmo nos momentos de dificuldades; minha Amélia, “mulher de verdade”, que é o maior amor de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus força maior que segurou a minha mão nas horas difíceis; ajudando a caminhar;

A professora e orientadora Sabrina Grisi Pinho de Alencar por acreditar no ensino superior no alto sertão paraibano, e por me ajudar nessa etapa final do meu TCC.

Agradeço a minha amiga Ralydiana Joyce Formiga Moura pelo apoio e incentivo pra sempre seguir em frente e alcançar o meu sonho de concluir minha faculdade.

A todos os meus professores do curso de Licenciatura em Pedagogia, pela excelência e qualidade técnica de ensino.

Enfim, quero agradecer aos meus filhos que são os tesouros de minha vida, e que sempre compreendem minha ausência, nas horas em que não posso estar ao lado deles.

“A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o a sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso ninguém educa ninguém.” (Paulo Freire)

LIMA, Janyly Gadelha de. **Inclusão Escolar**: um olhar sobre a Dislexia e o papel da Escola. 2020, f. 36. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Curso de Licenciatura em Pedagogia – Modalidade a Distância. Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 2020.

RESUMO

O presente trabalho vem apresentar um estudo sobre a inclusão de crianças especiais em turmas de ensino regular. Tendo como objetivo geral: analisar como os contextos educacionais e legais tratam a questão da educação inclusiva e o papel da escola nesse processo, e como objetivos específicos: Conhecer os principais aspectos legais sobre a educação inclusiva; refletir sobre o papel da escola no desafio de consolidar as atividades pedagógicas dentro das perspectivas de atender os alunos com dislexia; e compreender como as práticas pedagógicas dos professores podem favorecer o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Quanto à metodologia constitui-se de uma pesquisa bibliográfica com o apoio de importantes autores, na qual as suas contribuições foram relevantes para as reflexões levantadas ao longo desse estudo, entre os principais pode-se destacar: Mantoan (2011); Sassaki (1997); Stainback (1999); Capellini (2010); Marsili (2010); Mello (2005) e Tavares (2008), e também os documentos oficiais do Brasil e da UNESCO. Os resultados da pesquisa apontaram para uma compreensão sobre a importância de conhecermos a legislação e os direitos das crianças e adolescentes, na perspectiva de uma educação inclusiva no âmbito escolar. Fundamentando-se em amparo legal, contido nos documentos oficiais do Brasil e da UNESCO, a lei mostra que todos devem ter os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. A aplicação de um currículo igual, dentro de uma classe heterogênea, evita a discriminação de qualquer tipo, contribuindo para superar as dificuldades de aprendizagem. A escola inclusiva é resultado de uma parceria entre gestor, professor, todos os profissionais da educação e a família, sendo algo decisivo para a cidadania. Como qualquer cidadão, com suas dificuldades sim, mas, também com suas capacidades, as crianças especiais têm direito a educação e viver na sociedade, frequentando escolas como as outras crianças. Aceitar uma pessoa com deficiência é aceitar também suas diferenças e limitações. Para que isto ocorra é necessário ter uma resposta organizada para as suas necessidades educativas.

Palavras-Chave: Escola. Inclusão. Dislexia. Aprendizagem.

LIMA, Janyly Gadelha de. **School Inclusion**: a look at Dyslexia and the role of the School. 2020. 77s. Course Completion Work (TCC). Degree in Pedagogy - Distance Learning. Education Center. Federal University of Paraíba. João Pessoa / PB, 2020.

ABSTRACT

The present work presents a study on the inclusion of special children in classes of regular education. Having as general objective: to analyze how the educational and legal contexts deal with the issue of inclusive education and the role of the school in this process, and as specific objectives: To know the main legal aspects about inclusive education; reflect on the role of the school in the challenge of consolidating pedagogical activities within the perspective of serving students with dyslexia; and understand how teachers' pedagogical practices can favor the development of inclusive education. As for the methodology, it consists of a bibliographic research with the support of important authors, in which their contributions were relevant to the reflections raised during this study, among the main ones we can highlight: Mantoan (2011); Sassaki (1997); Stainback (1999); Capellini (2010); Marsili (2010); Mello (2005) and Tavares (2008), and also the official documents from Brazil and UNESCO. The research results pointed to an understanding about the importance of knowing the legislation and the rights of children and adolescents, in the perspective of an inclusive education in the school context. Based on legal protection, contained in the official documents of Brazil and UNESCO, the law shows that everyone should have the same rights and the same opportunities. The application of an equal curriculum, within a heterogeneous class, avoids discrimination of any kind, contributing to overcome learning difficulties. The inclusive school is the result of a partnership between manager, teacher, all education professionals and the family, being something decisive for citizenship. Like any citizen, with their difficulties, yes, but also with their abilities, special children have the right to education and to live in society, attending schools like other children. Accepting a person with a disability is also accepting their differences and limitations. For this to occur, it is necessary to have an organized response to your educational needs.

Keywords: School. Inclusion. Dyslexia. Learning.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CEB – Câmara de Educação Básica

CNE – Conselho Nacional de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A ESCOLA INCLUSIVA	13
2.1 COMPREENDENDO O CONCEITO	13
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS	15
3 AS PRINCIPAIS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM, A DISLEXIA E O PAPEL DA ESCOLA	20
3.1 APRENDIZAGEM : PROCESSOS E DIFICULDADES	20
3.2 DISLEXIA: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	21
3.3 O PAPEL DA ESCOLA FRENTE AO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DISLEXIA	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado de um estudo sobre como ocorre à inclusão em nossas escolas nos dias atuais, ou seja, como a diversidade é vista, de modo especial dos alunos com dislexia, que influencia diretamente na sua aprendizagem acentuando o processo de exclusão escolar.

A nova sociedade que está emergindo luta pela valorização de cada ser humano, pelo respeito às diferenças individuais de cada um. Estabelece a crença de que toda pessoa, independente das suas diferenças, ou justamente por causa dessas diferenças, poderá contribuir de alguma forma para a melhoria e qualidade de vida da população. Poderá provocar mudanças significativas e produzir a equidade e o ajuste social.

No interior das instituições escolares, é comum encontrar crianças e jovens com necessidades especiais, tornando-se, obrigatório o educador descobrir meios de trabalhar com as mesmas em salas de aulas de alunos considerados normais.

Considerando o processo de inclusão relevante para atender a demanda de todos os alunos, indistintamente, no âmbito escolar, surge uma questão para análise nesse contexto, partindo da seguinte indagação: Qual o papel da escola na inclusão de crianças com dislexia, e quais embasamentos legais garantem a efetiva inclusão no âmbito escolar?

Esse estudo tem por objetivo geral: analisar como os contextos educacionais e legais tratam a questão da educação inclusiva e o papel da escola nesse processo, e, como objetivos específicos: Destacar os principais aspectos legais sobre a educação inclusiva; Refletir sobre o papel da escola no desafio de consolidar as atividades pedagógicas dentro das perspectivas de atender os alunos com dislexia; e, Compreender como as práticas pedagógicas dos professores podem favorecer o desenvolvimento de uma educação inclusiva.

O motivo da escolha do tema partiu da necessidade de análise dos diferentes contextos que envolve a educação inclusiva no Brasil, e de como a escola trata essa questão, especificamente voltada para o trabalho com os alunos com dislexia.

Todo ser humano tem os mesmos direitos sociais políticos e de cidadania. Existem crianças altas e baixas, loiras e negras, gordas e magras. É assim na vida, é assim na escola.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) define pessoa com deficiência como: “[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

E de forma especial àqueles que têm certa “deficiência congênita,” ou que se tornaram deficientes por problemas de doença ou acidente, como seja: os surdos, os deficientes visuais, os portadores de problemas neurológicos, e outros tipos de problemas intelectuais e cognitivo, que torna o indivíduo diferente.

A metodologia utilizada no presente estudo parte de uma abordagem descritiva e com o tipo de pesquisa bibliográfica, tendo a contribuição de importantes autores, tais como: Mantoan (2011); Sassaki (1997); Stainback (1999); Capellini (2010); Marsili (2010); Mello (2005) Tavares (2008), e também dos documentos oficiais do Brasil e da UNESCO.

Segundo Boccato (2006, p. 266), “A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”. Portanto a presente pesquisa traz as relativas contribuições e reflexões sobre a temática da inclusão escolar, à luz de autores conceituados e também de documentos oficiais que embasam e permitem uma análise crítica ao longo do estudo.

Este estudo traz na parte inicial, o capítulo 1, a INTRODUÇÃO, apresentando o objeto de estudo e sua relevância, a problematização, os objetivos geral e específicos e alguns aspectos essenciais referentes aos fundamentos metodológicos.

No capítulo 2, intitulado A ESCOLA INCLUSIVA apresenta uma explanação geral sobre os aspectos históricos e legais que ao longo do tempo trataram a questão da educação inclusiva, com importantes reflexões sobre o papel da escola e da legislação, sobre os direitos de todos os cidadãos a uma educação de qualidade, independentemente das suas condições, físicas, psicológicas ou cognitivas, tendo o indivíduo direito fundamentado ao acesso as diversas modalidades de ensino.

O capítulo 3 cujo título é AS PRINCIPAIS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM, A DISLEXIA E O PAPEL DA ESCOLA, vem mostrar as principais dificuldades de aprendizagem, partindo de uma reflexão sobre a dislexia e o papel da escola, na qual destaca aspectos básicos desse tipo de dificuldade que o aluno

enfrenta e, sobretudo, a questão pedagógica em sala de aula no enfrentamento de tais problemas.

E por último, o capítulo 4, com as CONSIDERAÇÕES FINAIS dando ênfase numa análise crítica do trabalho apresentado, destacando pontos relevantes sobre a educação inclusiva e seus desafios no contexto da educação atual.

2 A ESCOLA INCLUSIVA

O contexto educacional de um modo geral favorece uma gama de reflexão sobre diferentes aspectos, compreender as demandas da educação e os seus complexos elementos, torna-se uma necessidade emergente para o desenvolvimento das atividades pedagógicas na perspectiva da inclusão. Esse capítulo enfatiza o conceito de educação inclusiva, destacando suas principais características e aspectos relevantes para o entendimento e reflexão sobre a importância das práticas inclusivas no ambiente escolar, além disso, enfatiza as contribuições da legislação em âmbito nacional e internacional, como forma de garantir o direito a educação de qualidade para todos os cidadãos.

2.1 COMPREENDENDO O CONCEITO

A prática da inclusão remete para uma reflexão detalhada de seus condicionantes e as efetivas ações que direcionam para uma forma de combater a exclusão, nesse enfoque torna-se importante compreender os embates que permeiam o conceito de inclusão, sendo relevante uma análise inicial sobre a prática da inclusão na sociedade.

Nesse sentido, faz-se necessário inicialmente compreender os conceitos de integração e inclusão educacional, como forma de analisar os diferentes aspectos relacionados ao desenvolvimento de ações voltadas para atender as pessoas com deficiência.

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar — da classe regular ao ensino especial — em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados. (MANTOAN ,2003, p.15

Assim, o processo de integração educacional deixa ainda lacunas na execução das práticas voltadas para atender o direito de todos a uma educação de

qualidade em seus múltiplos aspectos, como o favorecimento de ações que promovam a participação efetiva nos diferentes espaços da sociedade.

Segundo Sassaki (1997, p. 167) o conceito de inclusão social pode ser definido como:

Processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidade e, conseqüentemente, uma sociedade para todos [...]. A inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida (SASSAKI, 1997, p. 167).

Dessa forma, o processo de inclusão social permeia o modo como a sociedade encara as relações com os indivíduos, que possuem algum tipo de deficiência, e favorece o seu desenvolvimento, partindo de ações nas quais todos têm as mesmas oportunidades dentro do sistema organizacional, e ao mesmo tempo cria propostas de atendimento as suas necessidades e interesses, como meio de favorecimento da igualdade de direitos para todos como cidadãos.

A integração pressupõe uma 'participação tutelada' numa estrutura com valores próprios e aos quais o aluno 'integrado' tem que se adaptar. Diferentemente a EI [Educação Inclusiva] pressupõe uma participação plena numa estrutura em que os valores e práticas são delineados tendo em conta todas as características, interesses, objetivos e direitos de todos os participantes no ato educativo (RODRIGUES, 2006, p.77).

Nessa perspectiva, cabe destacar o papel da escola na construção de medidas que integrem as ações educacionais às práticas da inclusão, sendo essencialmente relevante uma reflexão sobre como a instituição de ensino trata a questão da inclusão no contexto da prática pedagógica.

Portanto, compreender as multiplicidades de características de uma educação inclusiva é um ponto de partida para atender as suas necessidades no âmbito escolar, e uma forma estruturada de melhor direcionamento das ações efetivadas.

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas (STAINBACK; GERMANO; PADULA, 1999, p. 21).

Nesse sentido, a prática de uma educação inclusiva deve ser vista pela escola como uma forma de atender a toda a sua demanda educacional, favorecendo a construção de um ambiente acolhedor e motivador para todos os seus alunos, no qual os professores são peças fundamentais no desenvolvimento de práticas pedagógicas que concretamente sejam inclusivas para todos que participam do processo de ensino e aprendizagem.

É papel da escola juntamente com a família vencer o desafio de trabalhar com alunos deficientes em salas do ensino regular, estimular a interação e socializá-lo.

Para que isso aconteça é preciso que haja a persistência não só da escola, mas principalmente da família.

Como bem diz Mantoan (2011):

[...] resistimos à inclusão escolar porque ela nos faz lembrar que temos uma dívida a saldar em relação aos alunos que excluímos, por motivos muitas vezes banais e inconsistentes, apoiados por uma organização pedagógica que se destina a alunos ideais, padronizados por uma concepção de normalidade e de deficiência arbitrariamente definida (MANTOAN, 2011, p. 78).

Os alunos com qualquer deficiência em grande maioria são excluídos do âmbito escolar, sem sequer haver mudanças onde esse problema seja resolvido, até hoje só existe a lei no papel.

Hoje em dia os alunos com a deficiência já frequentam a escola, e aos poucos vão se tornando sociáveis na instituição de ensino, e ali acontece a socialização de cada um, onde muitos coleguinhas os tratam com todo amor e carinho. Porém os educadores ainda não são tão capacitados para o desafio da inclusão escolar, até porque nem todos os profissionais da área da educação têm habilidades para que possam ultrapassar as fronteiras da exclusão escolar.

2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS

A questão da inclusão vem sendo foco de grandes embates em diversas áreas no mundo todo, como a Declaração de Jomtien (Tailândia) de 1990 (UNESCO, 1990), que traz informações relevantes sobre os altos índices de crianças e jovens sem escolarização, propondo transformações nos sistemas de ensino, com o objetivo de promover a inclusão e a permanência de todos na escola.

A Declaração de Salamanca (Espanha) de 1994 destaca:

[...] reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 01).

A Convenção da Guatemala, também enfatiza a questão da inclusão baseada no princípio da não discriminação, com a frase: “[...] tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”, caracterizando que é preciso garantir direitos iguais de participação nas diversas esferas sociais (CONVENÇÃO DE GUATEMALA, 1999, n. p.).

No Brasil a questão da igualdade de direitos encontra-se expressa na principal lei, a Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 205 define a educação como:

Um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL/CF, 1988, n. p.¹).

A educação inclusiva promove a participação de todos os alunos, inclusive aqueles que são portadores de necessidades especiais, em escolas da rede de ensino regular.

Nas últimas décadas tem se formado uma batalha contra o preconceito e a discriminação de qualquer espécie, principalmente dentro da educação. Os pressupostos da prática pedagógica social e educacional da Inclusão dos portadores de necessidades especiais baseiam-se em cumprir os seguintes dispositivos legais e político-filosóficos: Declaração Universal dos Direitos Humanos – Organização das Nações Unidas (Paris, 1948). Mostra que em qualquer parte do planeta o ser humano tem os mesmos direitos; esta declaração foi endossada no Brasil pela Constituição Federal, Título VII, da Ordem Social:

¹ Não paginado.

Artigo 208: III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo; O Acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (BRASIL/CF, 1988, n.p.).

A inclusão de crianças deficientes na escola baseia-se em aspectos legais; portanto a inclusão não é uma invenção dos educadores, é uma questão histórica de evolução da humanidade, diante da qual, qualquer ser humano deverá ser atendido conforme as suas necessidades próprias. É um fato concreto necessário a evolução da espécie humana.

O processo de inclusão não se trata de algo romântico ou fantástico, faz parte das nossas atitudes diárias em busca por uma solução para os seres que são considerados diferentes, a busca desta igualdade faz parte da vida de um educador, é uma ponte que une um ser ao outro. É um dos posicionamentos para alcançar esta igualdade é procurar ser humilde frente às necessidades humanas.

A percepção do mundo, pela criança visualmente prejudicada, é obtida através dos seus sentidos remanescentes e as pistas por eles fornecidas podem levar as informações incompletas, originando, muitas vezes, conceitos diferentes daqueles obtidos e utilizados pelos que possuem uma visão normal. (BRASIL/MEC/SEE, 2005, p. 35).

O maior desafio é enfrentar tudo e todos, com relação à inclusão social, onde a sociedade nem muito menos as escolas nem professores estão preparados para saber lidar com tamanha dificuldade e ao mesmo tempo um desafio.

Outra importante conquista legal na área de educação inclusiva foi a Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.793 que recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais nos currículos de formação de docentes (BRASIL/PORTARIA N. 1793, 1990).

Seguindo os pressupostos da legalização de medidas voltadas para a educação inclusiva a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) define a educação especial como:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL/ LDB, 1996, n. p.).

Dessa forma, a educação inclusiva vai ganhando espaço nas políticas públicas no Brasil, ao firma-se leis mais efetivas de atuação dentro das práticas educativas, e conseqüentemente, expandindo-se para outros espaços sociais, que integram tanto a formação como cidadão, como a sua atuação nas diversas esferas, políticas, sociais e econômicas.

O Decreto nº 3.298 de 1999, também se constitui como um grande avanço no campo da educação inclusiva no Brasil, pois trata da Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. A educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL/DECRETO N. 3.298, 1999).

A Resolução CNE/CEB (2001) institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica afirmando que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL/RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, d 2001, p.1).

Portanto, considera-se que o processo de inclusão vem ganhando espaço importante na legislação, isso configura-se como resultado de lutas por igualdade de direitos que ao longo de anos da nossa história foram sendo negados, ficando excluídos os educandos com necessidades especiais muito tempo dos sistemas de ensino.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), também foi uma importante conquista para a educação inclusiva ao promover a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, assim como a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado (AEE).

O Decreto nº 7.612, de 2011, institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência o Plano Viver sem Limite, esse plano tem quatro eixos: educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde. Para o eixo educacional:

Implantação de salas de recursos multifuncionais, espaços nos quais é realizado o AEE; Programa escola acessível, que destina recursos financeiros para promover acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva; Programa caminho da escola, que oferta transporte escolar acessível; Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (Pronatec), que tem como objetivo expandir e democratizar a educação profissional e tecnológica no país; Programa de acessibilidade no ensino superior (Incluir); Educação bilíngue – Formação de professores e tradutores-intérpretes em Língua Brasileira de Sinais (Libras); BPC na escola (BRASIL/DECRETO N. 7. 612, 2011, n. p.).

Outro contexto da legislação que envolve o Ensino dentro na perspectiva da inclusão foi a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), importante documento que estabelece as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos, esse plano é dividido em 20 metas que buscam atender a realidade da educação brasileira com perspectivas de melhoras. A meta 4, trata da educação especial, estabelece:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo de salas de recursos multifuncionais, classes escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.(BRASIL/PNE, 2014, p. 11).

Nesse sentido, surge uma importante conquista para garantir o acesso à educação à diversidade, a Lei nº 13.409, de 2016, que enfatiza na sua constituição e garante a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino, sendo relevante na efetivação de políticas que direcionem para atenção as pessoas com necessidades especiais dentro das práticas voltadas para atender a todos os cidadãos com igualdade.

3 AS PRINCIPAIS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM, A DISLEXIA E O PAPEL DA ESCOLA

Diante da realidade que permeia as práticas pedagógicas do professor, a inclusão escolar surge como mais um desafio ao desenvolvimento do seu trabalho, tendo em vista que o processo de ensino e aprendizagem é bem complexo e perpassa por vários entraves ao longo da sua efetivação, na busca incessante pela construção do conhecimento, sendo assim, o presente capítulo vem refletir sobre as peculiaridades do processo de ensino e aprendizagem, considerando as práticas da inclusão, os conceitos e entendimento sobre a dislexia, e o papel da escola e do professor frente aos alunos com dislexia.

3.1 APRENDIZAGENS: PROCESSOS E DIFICULDADES

A aprendizagem é um processo difícil que se realiza no interior do indivíduo e se manifesta em uma alteração de comportamento. Para verificar se houve ou não a aprendizagem é preciso que as mudanças ocorridas sejam relativamente permanentes.

Podemos afirmar que é através da escola que conseguimos perceber alguns traços da dislexia, é nela que começam os desafios, tendo o professor como suporte. Nesse mesmo sentido, vale destacar a afirmação de Alvarez Mendez (1993) quando escreve que:

[...] avaliar é conhecer, é contrastar, é delegar, é indagar, é argumentar, é deliberar, é raciocinar, é aprender. Em termos gerais, realmente comprometido com a racionalidade prática e crítica, quem avaliar quer conhecer, valorizar, ponderar, discriminar, contrastar, o valor de uma ação humana de um processo resultante (ALVAREZ MENDEZ, 1993, p.66).

A forma de avaliar o aluno com dislexia deve ser de forma diferente e também objetiva, o professor deve estar atento a todo o desenvolvimento do educando durante o dia a dia de cada aula, ele deve estar apto a buscar novos subsídios avaliativos e compreender cada detalhe de evolução do aluno com esse transtorno,

até porque não é fácil para escola descobrir que o educando tem algum problema na sua aprendizagem, são inúmeras as dificuldades e barreiras para descobrir e enfrentar.

Reconhecer se a criança tem dislexia é algo de muita importância, quanto mais cedo cuidar melhor será no seu desenvolver com relação a aprendizagem, e assim o professor irá buscar diferentes formas para desenvolver metodologias pedagógicas que possam transmitir para o aluno o assunto de forma mais clara e objetiva possível.

Dessa forma:

Pode ser que as condições mudem. Sem dúvida, o que antes era inabordável, por não ter podido compreender ou não ter querido assimilar no ensino, será dado de outra maneira. (AJURIAGUERRA, 1984, p.67).

Pode-se destacar algumas das principais causas das modalidades de aprendizagem sintomática, que são popularmente conhecidas por dificuldades de aprendizagem, como: causas físicas, sensoriais, neurológicas, intelectuais ou cognitivas, socioeconômicas e emocionais, sendo esta última uma das principais causas que podem dificultar a aprendizagem.

3.2 DISLEXIA: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

A dislexia é um transtorno de aprendizagem da criança que se é percebido através da dificuldade que a criança tem de ler e escrever, logo nas séries iniciais. Entre alguns transtornos que atingem as crianças e os adolescentes a dislexia é a mais destacada; ainda não sabemos definitivamente os fatores que desenvolvem a dislexia no ser humano.

De acordo com Capellini (2010, p.10),

A dislexia foi definida pela World Federation of Neurology, em 1968, como sendo o transtorno de aprendizagem da leitura que ocorre apesar de inteligência normal, de ausência de problemas sensoriais ou neurológicos, de instrução escolar adequada de oportunidades socioculturais suficientes, além disso, depende da existência de perturbação de aptidões

cognitivas fundamentais, frequentemente de origem constitucional (CAPELLINI, 2010, p.10).

A dificuldade de compreensão de pessoas com dislexia é muito grande primordialmente no âmbito escolar, e na realidade é desafiador para os professores direcionar a sua prática pedagógica de forma correta com a realidade dos alunos com dislexia, os educadores não têm conhecimento nenhum sobre os transtornos e a mesma fica voltada com cuidados mais para o lado clínico.

A Associação Nacional de Dislexia (2013) caracteriza essa deficiência como:

A palavra dislexia é derivada do grego "dis" (dificuldade) e "lexia" (linguagem). Dislexia é uma falta de habilidade na linguagem que se reflete na leitura. Dislexia não é causada por uma baixa de inteligência. Na verdade, há uma lacuna inesperada entre a habilidade de aprendizagem e o sucesso escolar. O problema não é comportamental, psicológico, de motivação ou social. Dislexia não é uma doença, é um funcionamento peculiar do cérebro para o processamento da linguagem. As atuais pesquisas, obtidas através de exames por imagens do cérebro, sugerem que os disléxicos processam as informações de um modo diferente. Pessoas disléxicas são únicas; cada uma com suas características, habilidades e inabilidades próprias. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DISLEXIA, 2013, p. 1)

A compreensão sobre as características da dislexia remete para a necessidade de articulação nas mais diversas esferas educacionais, com vistas a atender as especificidades de cada momento da fase educacional do aluno, sendo essencial o conhecimento por parte de todos os profissionais da escola sobre as medidas de trabalho com o aluno dislexo.

Segundo Associação Brasileira de Dislexia, o transtorno foi definido como:

A Dislexia do desenvolvimento é considerada um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração. Essas dificuldades normalmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem e são inesperadas em relação à idade e outras habilidades cognitivas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA, 2016, n.p)

As características são por fases, quando bebê a criança não tem interesse no que é se trabalhado no ensino infantil, nas séries iniciais do fundamental, as características passam a serem mais notórias, as crianças passam a cometer erros na leitura, e a falta de associação de letras, até mesmo a dificuldade de ler palavras

simples e chegam a não querer ler nada. Já na fase adulta, muitos não concluem nem o ensino médio, em grande parte não sabe nem o diagnóstico, e também se sentem incapacitados de concluir os estudos.

Segundo Cruz (2007) a dislexia se caracteriza por algumas formas específicas,

Dislexia fonológica –identificada como uma incapacidade ao nível da descodificação fonológica, que se manifesta por um baixo desempenho na leitura de pseudo-palavras, apresenta um déficit na aplicação das regras de correspondência entre grafemas e fonemas (i é, via sublexical); Dislexia superficial, caracterizada por uma incapacidade ao nível ortográfico, um déficit no reconhecimento global das palavras que leva a dificuldades na leitura das palavras homófonas e irregulares,(i.e. via léxica); dislexia mista ou profunda, que apresenta dificuldades nos dois procedimentos –descodificação fonológica e tratamento ortográfico (CRUZ, 2007, p. 222).

Por isso, a necessidade de uma análise aprofundada da forma de desenvolvimento da criança durante o seu processo de aprendizagem, como importante meio de identificação da dislexia e na elaboração de propostas para atender as suas dificuldades, visando contribuir para que a mesma possa se desenvolver, partindo de um diagnóstico precoce e eficiente.

Segundo Moura (2013):

Os disléxicos recebem informações em uma área diferente do cérebro, portanto o cérebro dos disléxicos é normal. Infelizmente essas informações em áreas diferentes resultam de falhas nas conexões cerebrais. O resultado é que devido a essas falhas no processo de leitura, eles têm dificuldades de aprender a ler, escrever, soletrar, pois é difícil assimilarem as palavras (MOURA, 2013, p. 59):

Compreender os caminhos da dislexia leva ao entendimento de que o fracasso escolar, muitas vezes advindo das dificuldades na leitura e escrita dos alunos, nem sempre é responsabilidade dos mesmos ou de seus professores, existem fatores internos que são influenciadores dessa condição, por isso a relevância de uma investigação detalhada sobre as formas de aprendizagem dos alunos.

Muitas crianças com dislexia conseguem adquirir habilidade suficiente para codificar e decodificar palavras e textos. Entretanto, não é incomum que apresentem dificuldade na compreensão da leitura, problema esse que normalmente é atribuído à lentidão e a pouca precisão na leitura de palavras.” (RODRIGUES; CIASCA, 2016, p. 90).

Em muitos casos de criança com dislexia elas conseguem ler pequenas palavras, textos pequeninos, mas com dificuldade e pausadamente, assimilam códigos, letras, números, até mesmo através de desenhos, mas mesmo assim existe a falta de compreensão dos fatos.

3.3 O PAPEL DA ESCOLA FRENTE AO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DISLEXIA

A escola como norteadora das práticas educativas tem participação efetiva na identificação de problemas na aprendizagem do aluno, que juntamente com a família deve buscar alternativas para a superação de tais dificuldades, com vistas ao favorecimento de medidas que de forma efetiva contribuam para o aprendizado do aluno, mesmo com o diagnóstico de algum tipo de deficiência que limite esse desenvolvimento.

Com relação a dislexia a Associação Brasileira de Dislexia (2016) destaca que:

É na escola que a dislexia, de fato, aparece. Há disléxicos que revelam suas dificuldades em outros ambientes e situações, mas nenhum deles se compara à escola, local onde a leitura e escrita são permanentemente utilizadas e, sobretudo, valorizadas. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA, 2016, p. 1).

É relevante enfatizar que a escola exerce uma função de articuladora das ações educativas e que a identificação de alunos que apresentam dificuldade em seu desenvolvimento cognitivo deve nortear as práticas pedagógicas no âmbito de ensino, ao propor atividades que atendam às necessidades dos alunos em seu tempo e espaço de aprendizagem.

Segundo Marsili (2010) compete à escola:

Proporcionar aos pais de alunos e aos próprios alunos, métodos interessantes e eficientes, na concepção pedagógica, para atender os alunos especiais, os que apresentam dificuldades em leitura, escrita e ortografia. É obrigação da escola e, principalmente dos professores, oferecer recuperação de estudos para aqueles que têm baixo aproveitamento escolar. (MARSILI, 2010, p. 33)

Nesse sentido, a participação dos profissionais da educação acaba sendo um ponto de partida fundamental para atender a diversidade de características presentes durante a identificação de problemas, que afetam diretamente o desenvolvimento da aprendizagem, isso repercute na forma de trabalho pedagógico do professor em sala de aula.

Com base nesse prisma, a participação de profissionais especializados para a identificação da dislexia no aluno torna-se fundamental, como forma de auxiliar a prática pedagógica do professor, sobretudo na elaboração de propostas que atendam as especificidades do processo de ensino e aprendizagem.

Os profissionais da educação são obrigados a confrontar-se quotidianamente com problemas de grande complexidade técnica e científica e, nesse contexto, no entendimento da urgência da criação de uma nova escola, produtora de saberes talvez encontremos a razão da importação para a cena educativa de modelos construídos (com sucesso) noutros domínios e que passam pela colaboração e articulação de diferentes profissionais, organizados em equipes multiprofissionais (GARCIA, 1994, p. 11).

Nesse sentido, as políticas de incentivos a melhoria na qualidade da educação exercem um papel fundamental em articular ações que fortaleçam a criação de equipes multidisciplinar para atender as demandas advindas das escolas, que necessitam cada vez mais de apoio para a execução de suas atividades, tendo em vista o favorecimento do processo de inclusão.

Com base nessa realidade os documentos oficiais que embasam as políticas de inclusão no Brasil destacam que:

Sabemos que o professor sozinho, pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo.

Por esse motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor. É verdade que propostas correntes nessa área se referem ao auxílio de um professor especialista e à necessidade de uma equipe de apoio. (BRASIL/, DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO À POLÍTICA DE INCLUSÃO, 2005a, p. 9)

Assim, compreende-se a relevância de um trabalho integrado de todos os profissionais da educação e especialistas de apoio, com vistas a auxiliar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, sempre que as especificidades do processo de ensino exigir essa importante integração, como forma de contribuir para sanar os principais desafios encontrados pelo professor no exercício de sua prática pedagógica.

O documento intitulado de Saberes e Práticas de Inclusão (BRASIL, 2006), destaca termos relevantes para estabelecer algumas formas de apoio ao trabalho do professor;

Intermitente: episódico, nem sempre necessário, transitório e de pouca duração (apoio em momentos de crise, em situações específicas de aprendizagem); Limitado: por tempo determinado e com fim definido (reforço pedagógico durante algum tempo, desenvolvimento de um programa de psicomotricidade); Extensivo: regular, em ambientes definidos, sem tempo limitado (na sala de recursos, apoio psicopedagógico, atendimento itinerante); Pervasivo: constante, com alta intensidade e longa duração, ao longo de toda a vida (envolve equipes e muitos ambientes de atendimento) (BRASIL, 2006, p. 79).

Dessa forma, o atendimento ao aluno com dislexia perpassa por apoio de vários profissionais ao desenvolvimento da prática pedagógica do professor, sendo considerado de grande importância que o docente possa contar com essa participação, como forma de identificar as características desses alunos, e assim adequar as suas atividades de ensino.

O fonoaudiólogo precisa conhecer as dificuldades e habilidades que a criança apresenta no processo do diagnóstico com a finalidade de orientar os professores e assim mesmo para um tratamento eficaz utilizando estratégias que possibilitam melhora do uso das funções e habilidades da linguagem no

desempenho das tarefas feitas pelas crianças que exigem escritas e leitura. (WIPPEL; FADANELLI, 2003, p.158)

Sendo assim, o papel de cada profissional envolvido no diagnóstico do aluno com dislexia é de fundamental importância para a condução e efetivação das atividades de ensino, que melhor atendam ao perfil do aluno, de modo favorecer a sua aprendizagem.

O psicólogo deverá estar preocupado com a prevenção e a promoção da saúde e do bem estar subjetivo, envolvendo-se em atividades que permitam aos estudantes obterem sucesso em suas atividades da vida, diminuindo as situações de risco, do fracasso escolar e de outros fatores que possam ameaçar sua sanidade e inibir suas potencialidades. Esse psicólogo estará preparado para integrar equipes, comissões e grupos de trabalho multidisciplinares, no sentido de interferir no desenvolvimento da criança, sobretudo com a família, a escola e a comunidade. (DAZZANI; VIRGÍNIA, 2010, p.372)

Nesse sentido, esse profissional estabelece uma função de grande importância na composição de uma equipe multidisciplinar, com vistas a atender as diversas formas de especificidades dentro da demanda escolar, sendo o diálogo com o professor fundamental para a criação de um elo que permite identificar as características dos alunos e assim atender as suas necessidades.

Outro profissional de destaque na formação de uma equipe multidisciplinar é o psicopedagogo, principalmente no que diz respeito a sua forma de intervenção no trabalho com o aluno com dislexia.

Grande parte da intervenção psicopedagógica estará em buscar os talentos do disléxico, afinal os fracassos, sem dúvida, ele já os conhece bem. Outra tarefa da clínica psicopedagógica é ajudar essa pessoa a descobrir modos compensatórios de aprender. Jogos, leituras compartilhadas, atividades específicas para desenvolver a escrita e habilidades de memória e atenção fazem parte do processo de intervenção. À medida que o disléxico se percebe capaz de produzir poderá avançar no seu processo de aprendizagem e iniciar o resgate de sua auto-estima. (GONÇALVES, 2005, p. 1)

Essa intervenção constitui-se como parte efetiva no processo de desenvolvimento da criança com dislexia, pois a forma como a mesma passa a ser acompanhada direciona para atender as suas reais necessidades e ao mesmo

tempo favorece a sua comodidade dentro do processo de ensino e aprendizagem, como forma do aluno se sentir mais apoiado nas suas limitações e assim ter condições de se desenvolver mesmo com suas dificuldades.

A família é também um dos pilares mais importantes no processo de ensino e aprendizagem, por este motivo, se fizerem parte integrante da equipa de intervenção desde o diagnóstico ao tratamento, estão a criar condições emocionais e de sustentabilidade ao aluno (CARNEIRO, 2011, p.52).

Para os alunos com dislexia a participação da família é indispensável para a superação das dificuldades, melhoramento da autoestima, incentivo e na socialização, por isso no momento da intervenção esse apoio é relevante para o sucesso do aluno e como um auxílio ao trabalho do professor, sendo uma forma de colaborar nas atividades de ensino, e na identificação das dificuldades da criança, assim essa interação entre a família e a escola, é uma forma de contribuir para que a dislexia seja aos poucos contornada pelos reforços recebidos tanto da instituição escolar como da família.

A intervenção com crianças disléxicas baseia-se no treinamento da escrita e da leitura, a fim de irrememorizando a maneira correta de ler e escrever determinadas palavras ligando o som à grafia. Diante disso, quando a dislexia é precocemente descoberta, é maior a probabilidade da criança não sofrer muito com suas dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita, tornando mínimos seus problemas emocionais durante sua caminhada escolar e em sua convivência social (MELLO, 2005, p. 13).

Partindo desse pressuposto, compreende-se que a tarefa da escola e do professor corresponde em traçar estratégias de ensino que tenha condições efetivas de favorecer a aprendizagem do aluno, partindo do seu diagnóstico e conhecedores das peculiaridades presentes no aluno com dislexia, visando à produção de materiais didáticos e pedagógicos que contribuam para sanar as dificuldades no aprendizado da leitura e da escrita do aluno.

É relevante nesse processo a qualificação do professor para ter conhecimento da melhor estratégia a seguir no trabalho com os alunos com dislexia, nesse sentido Tavares (2008) destaca que:

A qualificação do professor é de suma importância para superar a ideia de que o fracasso escolar é uma culpa exclusiva do aluno. O resultado do desempenho do aluno está ligado ao que se chama de motivos intraescolares, o que suscita a responsabilidade do educador, do orientador educacional, e de outros profissionais que desenvolvem atividades dentro da escola (TAVARES, 2008, p. 46)

Cabe à escola o papel de articular a formação de seus professores para atender essas demandas dos alunos, na busca pela melhoria do processo de ensino e aprendizagem, assim como contribuir para o processo de inclusão no âmbito escolar, tendo em vista que a qualificação profissional de todos os envolvidos torna-se um elemento indispensável para que a escola cumpra a responsabilidade de formar todos os cidadãos, independentemente das suas condições, físicas, psicológicas ou cognitivas.

Há situações importantes em que o professor deve renovar sua prática pedagógica, principalmente nas situações onde a dificuldade de aprender e entender persiste. A ausência de formação do professor impossibilita a identificação de problemas intelectuais. Com a falta de conhecimento existe a grande probabilidade de o professor culpar o aluno pelo insucesso assim, o professor não pesquisa e nem procura estudar e utilizar outros métodos para que a criança aprenda e entenda o conteúdo da melhor forma entendendo e respeitando a sua individualidade (LIMA, 2013, p. 14)

Essa concepção direciona para o entendimento de que o trabalho pedagógico realizado pelo professor em sala de aula deve ser permeado por novos saberes e experiências ao longo do processo de formação do professor, como importante forma de compreender como ocorre a aprendizagem do aluno, com vistas a identificar problemas, e assim propor alternativas pedagógicas capaz de favorecer a aquisição de habilidades e competências necessárias para o seu desenvolvimento nas diferentes etapas da escolarização e também na sua vida cotidiana.

As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: [...] III – Flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação

adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA, 2016, p. 8).

Nesse sentido a escola dentro de uma perspectiva inclusiva exerce papel fundamental na tomada de decisão sobre as principais ações a serem construídas, sendo importante analisar de forma conceitual e reflexiva os paradigmas que ao longo dos enfoques educacionais vêm favorecendo as práticas de uma educação inclusiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse estudo, conclui-se que a educação inclusiva faz parte de um processo permanente de busca por igualdade de oportunidade para todos os cidadãos, sendo para isso essencial que todos tenham conhecimento da legislação vigente e da importância da luta constante para fazer valer cada direito.

Nesse sentido, a legislação apresentada ao longo desse estudo mostra que os indivíduos com necessidades especiais têm direitos e que a sua efetivação depende da articulação dos mais diversos setores sociais, que envolve diretamente o papel da escola e dos seus agentes na mobilização de ações voltadas para atender a crescente demanda presente nas instituições de ensino, nas quais apresentam alunos com os mais variados tipos de especificidades na aprendizagem.

A questão da dislexia é enfatizada como um fator que dificulta o processo de ensino e aprendizagem, e exclui o aluno de muitas atividades pedagógicas, sendo um distúrbio que limita o mesmo na aquisição das habilidades de leitura e escrita, na qual o papel da escola torna-se fundamental como articuladora de ações e propostas educacionais que possam diminuir, consideravelmente, o processo de exclusão dentro do âmbito escolar.

Cabe ressaltar, ainda, a importância do trabalho multidisciplinar no apoio as atividades docentes, sendo a escola a ponte de interação entre os diferentes agentes de mobilização, na busca por intervenção no trabalho com o aluno com dislexia, sendo cada parte fundamental para que o aluno tenha condições de se adequar as múltiplas questões que envolve o processo de construção do conhecimento, garantindo o seu acesso e permanência na escola.

Nesse enfoque, vale destacar que a participação do professor como principal mediador entre o aluno e o conhecimento, remete para a relevância do seu trabalho, principalmente na identificação do aluno com problemas no desenvolvimento da aprendizagem e na elaboração e construção de propostas pedagógicas que possam atender as suas especificidades.

O papel da família no desenvolvimento de práticas voltadas para a inclusão é fundamental para o aluno, tendo em vista que o lado afetivo e apoiador torna-se um elo para estabelecer a conexão dentro do processo de ensino e aprendizagem,

adequando as condições da escola ao apoio da família na efetivação das práticas pedagógicas.

A educação inclusiva promove a participação de todos os alunos, inclusive aqueles que são portadores de necessidades especiais, em escolas da rede de ensino regular, pois a mesma reconhece que todas as crianças tem a possibilidade de aprender, mesmo com as dificuldades que já vem em sua genética, cabe a escola adaptar metodologias voltadas para essas crianças e que venham atender a esse público. A escola é o lugar que vai lhes propor condições de se desenvolver e de se socializar.

Aprimorar as condições da escola é formar cidadãos mais capacitados para viver uma vida plena e sem preconceitos. O estabelecimento de ensino prepara o futuro e de certo que se as crianças conviverem e aprenderem a valorizar a diversidade nas suas salas de aula, serão adultos bem diferentes determinados, que saberão superar as dificuldades e vencer os obstáculos.

Enfim, a ação inclusiva, nas escolas, por maior que seja, ainda é muito impugnado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é impossível convencerá todos pela lógica e pela ética de sua posição na sociedade.

Constata-se que é possível superar as dificuldades desde que os profissionais da área de educação, tenham habilidades e competências para lidar com as mesmas.

A criatividade do professor somada à sua convicção de que a aprendizagem é possível para todos os alunos e de que ninguém pode estabelecer limites do outro, certamente contribuirão para remover obstáculos que os educandos têm enfrentado no seu processo de aprendizagem. A forma de organiza as carteiras, a decoração da sala de aula, com o cantinho para expor as atividades desenvolvidas pelo próprio aluno em sala de aula, juntamente com o professor, como também outros meios de comunicação, conta como fonte atrativa e de socialização dos alunos nas atividades propostas.

REFERÊNCIAS

AJURIAGUERRA, J. **A dislexia em questão: dificuldades e fracassos na aprendizagem da língua e escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

ALVAREZ MENDEZ, J. M. El alumnado. **la evaluación como atividade crítica de aprendizaje.** Cuadernos de Pedagogia, Barcelona, n. 219, p. 28-321, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA. **Como interagir com o dislético em sala de aula.** 2016. Disponível em: <http://www.dislexia.org.br/como-interagir-com-o-dislexico-em-sala-de-aula/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DISLEXIA. Disponível em: <http://www.andislexia.org.br/>. Acesso em: 28 jun. 2020.

BRASIL/CF. **Constituição Federal do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL/ **DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.** Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL/**DECRETO Nº 7.612,** de 17 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL/LDB. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL/ **LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL/.MEC/SEE. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão.** Brasília: MEC/SEE, 2005.

BRASIL/**DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO À POLÍTICA DE INCLUSÃO,** 2005 a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/revista_inclusao/docsubsidariopoliticaeinclusao.txt. Acesso em 17 jun. 2020.

BRASIL/MEC. Ministério da Educação. **Saberes e práticas de inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas.** Brasília: MEC, Secretaria da Educação Especial, 2006.

BRASIL/PNE. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014.** Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de->

educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL/**PORTARIA N.º 1.793, de dezembro de 1994.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL/ RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 16 de jun. 2020.

BRASIL/ LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 04 ago.2020.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CAPELLINI A. S.; GERMANO G.D.; PADULA, N.A.M.R. Dislexia e distúrbio de aprendizagem: critérios diagnósticos. In: Capellini SA, Germano GD, Cunha VLO, eds. **Transtornos de aprendizagem e transtornos de atenção (da avaliação à intervenção)**. São José dos Campos: Pulso Editorial; 2010.

CARNEIRO, Sofia Raquel Correia. **Atitude dos pais e professores em crianças com dislexia.** 2011. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1487/tese%20final%20pdf.pdf?squence=1>. Acesso em 01 jul. 2020.

CONVENÇÃO DE GUATEMALA. Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência (Convenção da Guatemala)**, de 28 de maio de 1999. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/gestao-publica-convencao-da-guatemala-de1999-convencao-interamericana/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CRUZ, V. **Uma Abordagem Cognitiva da Leitura.** Lisboa: Libel. 2007.

DAZZANI, Machado; VIRGÍNIA, Maria. **A Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: Uma Leitura Crítica.** PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2010, 30 (2), 362-375. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v30n2/v30n2a11.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GARCIA, M. A. de A. G. **Multiprofissionalismo e intervenção educativa: as escolas, os projectos e as equipas.** Lisboa: Asa, 1994.

GONÇALVES, A.M.S. **A criança disléxica e a clínica psicopedagógica**. 2005 Disponível em: http://www.andislexia.org.br/hdl12_1.asp. Acesso em: 01 jul. 2020.

LIMA, Luísa Barbosa. **Dislexia e ensino-aprendizagem de língua portuguesa**: um estudo de caso. 41 f. Universidade de Brasília, 2013.

MANTOAN, M, T, E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna , 2003.

MARSILI, Mira Allil. **Dislexia no contexto da aprendizagem**. Especialização em Controladoria e Finanças. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: RJ. 2010. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/c205242.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

MELLO, Maria de N.D. & DIAS, Merian de J.F. **Dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita dos alunos nas séries iniciais do Ensino Fundamental**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.nead.unama.br>. Acesso em: 27 jun. 2020.

MOURA, S. P. T. **A dislexia e os desafios pedagógicos**. Especialização em Orientação Educacional e Pedagógica. Universidade Cândido Mendes. Niterói: RJ. 2013. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N205864.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020.

RODRIGUES, Sônia das Dores; CIASCA, Sylvia Maria. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção. Artigo Especial - Ano 2016 - Volume 33 - Edição 100. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/21/dislexia-na-escola--identificacao-e-possibilidades-de-intervencao#:~:text=Muitas%20crian%C3%A7as%20com%20dislexia%20conseguem,precis%C3%A3o%20na%20leitura%20de%20palavras>. Acesso em: 01 jul. 2020.

RODRIGUES, David. **Dez ideias (mal) feitas sobre Educação Inclusiva**. In: rodrigues, David. (ed.) Educação inclusiva: estamos a fazer progresso? Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana. Fórum de Estudos de Educação Inclusiva. MH Edições. Cruz Quebrada, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

STAINBACK S.; STAINBACK W. **Inclusão**: Um guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TAVARES, Hermínia V. **Apoio pedagógico as crianças com necessidades educacionais especiais**: dislexia. Monografia de Pós-Graduação Lato Sensu em Distúrbio de Aprendizagem pela Faculdade de Medicina do ABC. São Paulo, 2008.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 15 jun. 2020.

WIPPEL, M. L.; FADANELLI, A. M. **Prática da fonoaudiologia na escola na visão dos fonoaudiólogos e professores atuantes na rede municipal de ensino de Curitiba**. *Jornal Brasileiro de Fonoaudiologia*, Curitiba, v. 4, jan/mar 2003.